



## Fórum de Pactuação das Propostas

Local: Clube dos Funcionários da CSN  
Data: agosto/2006  
Nº de participantes: 202 pessoas

### AS PLENÁRIAS DE PROPOSIÇÕES

Novamente reunidos, os segmentos da sociedade trataram os eixos definidos no Fórum de Diagnóstico. Uma segunda jornada de reuniões participativas totalizou nove plenárias, em diversos locais e entidades da cidade. Os eixos prioritários destas reuniões foram: Desenvolvimento Urbano e infra-estrutura, Desenvolvimento Econômico, Trânsito Transporte e Mobilidade, Saneamento ambiental, Habitação e Uso do Solo e Terras Ociosas. Foram reunidas e apresentadas diversas propostas, que somaram para a composição dos temas, para serem desenvolvidos no Fórum de Proposições, que iria alinhar os resultados destas plenárias

O Fórum de Proposições foi um grande momento dos trabalhos participativos do Plano Diretor, os segmentos da sociedade, já com o resultado obtido nas nove plenárias de proposição, os direcionaram os grandes temas nos eixos principais, que foram discutidos nestas reuniões, transformados em projetos de artigo de lei. Tanto o diagnóstico, quanto as propostas da sociedade civil, foram reunidos com o trabalho desenvolvido pela equipe de técnicos dos segmentos afins da prefeitura, formando um rol de artigos. Estas propostas em conjunto com a análise e produção da equipe técnica, resultaram na minuta do projeto de lei, que viria a ser discutido novamente com a sociedade através de todos os segmentos participantes no próximo passo, a Conferência da Cidade.



## Fórum de Diagnóstico

Local: Associação dos Aposentados de VR  
Data: Julho/2006  
nº de participantes: 155 pessoas

### AS PLENÁRIAS PARA LEITURA DA CIDADE

Esta primeira etapa do processo participativo do Plano Diretor, reuniu diversos segmentos da sociedade de Volta Redonda e da Prefeitura, em nove reuniões plenárias.

Nestas reuniões foram apontados os pontos positivos e negativos da cidade, o que deveria ser melhorado e o que devia ser preservado, dentro dos moldes propostos pelo Estatuto da Cidade e seus instrumentos, bem como o desenvolvimento e o papel regional que a cidade deve cumprir.

Os participantes puderam apontar os caminhos, para o desenvolvimento da produção urbana. A leitura da cidade, feita pelos participantes apontou centenas de valores e problemas de Volta Redonda.

Entre os pontos positivos que foram apontados foram o potencial de urbanização, infra-estrutura, localização, serviços públicos e áreas de lazer. Nos pontos negativos, poluição dos rios e córregos, excesso de automóveis, falta de ciclovias, transporte coletivo e vazios urbanos.

Estes pontos relevantes das plenárias de leitura, formaram as propostas dos eixos de trabalho da etapa de proposições, temas que foram partes integrantes do Fórum de Diagnóstico.

Neste Fórum foram recomendadas pela sociedade, as linhas de desenvolvimento e os grandes temas do Plano Diretor, aliados aos instrumentos do Estatuto da Cidade foram discutidos, com os nove segmentos, da sociedade civil organizada que participaram das Plenárias de Leitura.

Centenas de propostas referentes aos problemas e pontos positivos da cidade, foram reunidos, sintetizados e divididos em eixos principais, como habitação, saneamento ambiental, transportes públicos, infra-estrutura, terras ociosas e desenvolvimento urbano. Junto à equipe técnica da prefeitura e em consenso, pactuaram os eixos que seriam



## Conferência da Cidade

Local: Câmara Municipal de VR  
Data: Setembro/2006  
Nº de participantes: 258 pessoas

### A Conferência da Cidade

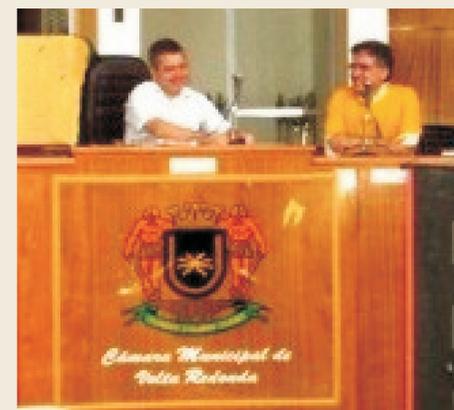
Este outro grande momento do Plano Diretor, reuniu em um dia inteiro de trabalho na Câmara Municipal, os segmentos da sociedade civil organizada, participantes das reuniões plenárias.

Foram apresentadas, a minuta do projeto de lei do Plano diretor, as propostas da equipe técnica e a do consultor, o Urbanista Jorge Wilhelm.

Com a minuta do projeto de lei do Plano Diretor, a sociedade analisou e detalhadamente em plenário, fez as observações necessárias para a consolidação do novo Plano Diretor.

Nesta Conferência, a sociedade civil organizada, pôde aprovar de forma participativa o Plano Diretor, em pleito aberto e em consenso, para que o Poder Executivo municipal encaminhasse ao Legislativo esta mensagem.

Em todo o processo de desenvolvimento do Plano Diretor Participativo, teve a consultoria do arquiteto e urbanista, Jorge Wilhelm e do Instituto URBES, que desenvolveu as dinâmicas nas plenárias, com todos os segmentos da sociedade civil organizada.





# PLANO DIRETOR

## Histórico do Plano Diretor

### NOVO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA

A lei federal 10.257, denominada Estatuto da Cidade, promulgada em 10 de outubro de 2001, determinou que os municípios com população acima de 20.000 habitantes, deveriam elaborar seus planos diretores nos próximos cinco anos. Esse prazo se encerrou em 10 de outubro de 2006.

Volta Redonda, já tinha um plano diretor, o Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado-PEDI/VR, aprovado no final de 1976 e implantado em 1977, o qual além de estabelecer as diretrizes de desenvolvimento físico-territorial para o nosso município, cria o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda-IPPU/VR, com o principal objetivo de acompanhar a implantação do novo plano e de elaborar as necessárias revisões.

Hoje, a cidade é outra como são outras as nossas demandas, principalmente a partir da privatização da CSN e do crescimento da participação dos movimentos sociais no município. No nível nacional, a constituição de 1988 em seus artigos 182 e 183, os quais definem a Política Urbana a ser praticada pelos municípios, estabelecem também, novos paradigmas para a questão urbana. Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da Cidade e com a criação do Ministério das Cidades, esse cenário se alterou profundamente e como não poderia deixar de ser, o novo conceito de plano diretor também.

Ao contrário do PEDI, elaborado integralmente por um escritório de planejamento urbano, contratado pela prefeitura e sem qualquer participação da sociedade organizada, os planos diretores atuais, conforme determina o Estatuto da Cidade, devem ser obrigatoriamente elaborados com ampla participação da sociedade.

A partir dessa determinação e com a metodologia sugerida pelo Ministério das Cidades, o IPPU elaborou o plano diretor de Volta Redonda, encaminhado em 17 de setembro de 2006 à Câmara Municipal e onde se encontra até o momento aguardando aprovação.

### A CONSTRUÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR DE VOLTA REDONDA: UMA ATIVIDADE PARTICIPATIVA

O processo para a elaboração do plano diretor participativo de Volta Redonda, teve início com a instalação, através de decreto municipal, do Conselho Gestor, órgão formado por representantes da sociedade civil e do executivo municipal, com a finalidade de coordenar o processo de construção do plano diretor, garantindo assim, principalmente a participação efetiva da sociedade.

Após este momento, teve início a etapa de Leitura da Cidade, que consistiu na elaboração de diversos mapas sobre os principais problemas do município pelos técnicos da prefeitura, na visão desta equipe. A essa atividade, demos o nome de leitura técnica a qual foi confrontada com a visão da sociedade, sobre os problemas levantados, atividade que denominamos Leitura Comunitária. O resultado dessas duas visões, constituiu-se na Leitura da Cidade.

A partir dessa leitura, foram elaboradas pela sociedade em conjunto com a equipe de técnicos da prefeitura, as propostas para solução dos problemas levantados. Essas propostas, foram pactuadas em um grande fórum popular.

Definidas e pactuadas as propostas para o município, ou seja, que cidade queremos e podemos construir, foi elaborado o projeto de lei do novo Plano

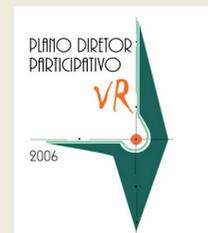
## Criação do Logotipo



Auditório do Estádio - Julho/2006  
Esboço da idéia para o logotipo do Arq<sup>te</sup>. Roberto Pimenta



Outras versões do projeto para o logotipo enviadas posteriormente por e-mail.



Desenvolvimento da idéia, e arte final no IPPU-VR, pela Arq<sup>te</sup>. Elisa Villani.

## Equipe Técnica

### EQUIPE TÉCNICA

Ana Claudia E. A. Zambotti  
Anderson José de Souza  
Antônio Carlos Magalhães Ribeiro  
Catarina Maria C. Niell  
Cláudia Chaves Cabral  
Claudio Luiz da Silva Lima  
Elio Veigas  
Elisa Maria Gaspar Guedes Villani  
Fabiano Vargas Machado Carvalho  
Hélio Ricardo Araújo  
Jeronimo Pereira dos Santos  
José Luiz Fagundes da Costa  
José Roberto Gomes  
Juarez da Cruz Santos  
Leda Maria Verdolin Certo Carvalho  
Leticia Barroso  
Leslie Calzavaro Carreiro  
Lincoln Botelho da Cunha  
Luiz Carlos Rodrigues  
Maria Beatriz Oliveira Almeida  
Maria de Fátima Martins Passos  
Milton Geraldo Castro Filho  
Nilton Ferreira de Castro  
Patrick James Kent  
Paulo José Barenco Pinto  
Roberto Pimenta da Cruz  
Rosano Koslowski  
Sandra Cristina de Paiva Pinto  
Selda Martins de Miranda e Senra

### ENTIDADES PARTICIPANTES

AAP/VR  
ACIAP  
AEVR  
Cartório de Registro de Imóveis  
CDL  
CEF  
CMVR  
CREA  
CSN  
FAM  
FERP/UGB  
Fundo de Articulação dos Mov.Sociais  
Fundo Comunitário  
MEP-Movimento pela Ética na Política  
Ministério Público  
Movimento Negro  
Movimento pela Paz  
NAC  
OAB  
Organização Popular de Mulheres  
Poder Judiciário  
SENGE  
SIMPRO  
Sind.dos Trab.da Const.Civil, Mob.e Montagem  
Sindicato do Comércio  
Sindicato dos Funcionários Públicos  
SINDPASS  
SINDUSCON  
Supermercado Royal



## Reunião com o Urbanista Jorge Wilheim / PMVR/ EPD - agosto/2006



### A democracia na elaboração do Plano Diretor de VR



Jorge Wilheim

Graduou-se em arquitetura na FAU/Mackenzie em 1952.

Foi secretário municipal em São Paulo e um dos autores dos planos diretores de Curitiba e Joinville.

Foi secretário estadual em São Paulo, nas gestões Paulo Egídio Martins (1974/78) e Orestes Quéricia (1987/90).

Participou da elaboração do Plano Diretor de Volta Redonda

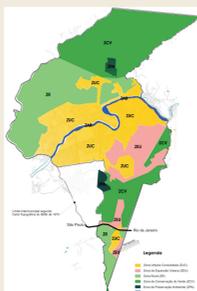
A Prefeitura Municipal de Volta Redonda e o seu Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano - IPPU, adotaram, como método de trabalho na elaboração do novo Plano Diretor, a maximização da participação da sociedade. Não conheço município que tenha organizado a participação com maior ênfase, adotando-a como foco metodológico. Tendo tido acesso aos documentos que informaram os múltiplos debates, aos quadros de respostas obtidas, assim como tendo tido a oportunidade de assistir às duas principais audiências públicas (a da consolidação do diagnóstico e a da pactuação das propostas), e de posse do texto do projeto de lei enviado à Câmara, pensamos estar em posição suficiente para tecer alguns comentários.

Cabe, inicialmente, apontar para a excelência da organização e da condução das reuniões e dos debates, assim como a amplitude de participação, obedecendo à orientação do Ministério das Cidades. O ambicioso esquema de participação somente pode alcançar resultados porque foi muito bem conduzido, obtendo-se a mobilização dos mais diversos grupos sociais, os interesses múltiplos presentes, inclusive o dos agentes econômicos envolvidos e o interesse das diversas regiões urbanas. Contudo, não caberia deixar para o coletivo da sociedade, sem a participação criativa dos profissionais do IPPU e seus profissionais consultores, que lá estão para este fim, a elaboração da proposta de uma visão integrada do futuro urbano de Volta Redonda, a ser consubstanciado através de

Esta tarefa foi bem desempenhada pelo competente grupo técnico, com a colaboração pontual de consultor urbanístico, produzindo, ao final, o projeto de lei que, após apresentação e debate público, foi encaminhado pela Prefeitura à Câmara Municipal. Este Projeto de Lei inicia-se, de forma adequada e correspondendo ao grau de cidadania existente em Volta Redonda, pela explicitação formal das prerrogativas cidadãs e pelo ideário do Plano. Ao descrever os conceitos e as diretrizes aborda o tema da função social da propriedade imobiliária, adequando suas definições ao disposto no Estatuto da Cidade e à Lei Orgânica do Município. Ainda nos prolegômenos necessários, expõe o que entende por perímetro urbano, áreas de expansão urbana e enumera os bairros que compõem as diversas regiões da cidade. Quanto às áreas de expansão urbana, as propostas das audiências enfatizaram, com razão, a expansão preferencial na direção sul, onde há espaços disponíveis e uma topografia razoável. Além de ocupações preferencialmente residenciais a leste da floresta da Cicuta, é conveniente determinar uma área de expansão urbana, de uso misto porém predominantemente residencial, nas vastas glebas sem uso, entre a Tancredo Neves e a linha de transmissão da Light e a via de Contorno.

Estas posições conclusivas das reuniões públicas, foram trabalhadas e inseridas no Projeto de Lei e nos mapas que dele fazem parte integrante. Em todos estes capítulos iniciais, o Projeto de Lei me

O ambicioso esquema de participação foi muito bem conduzido, obtendo-se a mobilização dos mais diversos grupos sociais



A Vila Santa Cecília, com sua agradável e adequada malha urbana, não deve ser verticalizada.



No Título seguinte, dedicado às Políticas Setoriais, o Projeto de Lei trata do sistema viário, do transporte, da habitação, do saneamento ambiental do desenvolvimento econômico e do patrimônio a ser preservado. Reflete as conclusões do debate público mas o elabora tecnicamente de forma adequada, propondo uma malha viária que se estende além da atual, a fim de conduzir a ocupação do solo nas áreas de expansão urbana (art. 35). Dá suficiente importância à via de Contorno e às áreas de sua confluência com outras vias de articulação, criando áreas para o apoio logístico da indústria e da cidade em geral, permitindo que no futuro lá se localizem: armazéns, depósitos de atacadistas, distribuidores e fornecedores de supermercados, serviços automobilístico e serviços a caminhoneiros, inclusive sua hospedagem. Para garantir tal uso futuro o Plano localiza as áreas sujeitas à aplicação cautelosa do instrumento de preempção, evitando-se que venham a ser comercializadas para fins não adequados a estas funções.

O crescimento e desenvolvimento de Volta Redonda, afirmando e expandindo sua função regional, requererão a expansão de seu centro. Mas...qual centro? A Vila Santa Cecília, com sua agradável e adequada malha urbana, não deve ser verticalizada, sob risco de inutilizar suas vias e empobrecer a vida urbana. Poder-se-iam aceitar alguns prédios baixos, descritos pelo Plano, sempre prevenindo, por regulamentações futuras, a maximização do uso público do nível térreo. Para tal o Plano abre a possibilidade de aplicar o instrumento da outorga onerosa (art. 114), ampliando o coeficiente de aproveitamento para alcançar o número máximo de pavimentos previstos; penso que a outorga deixaria de ser onerosa se houvesse garantia de galerias ou passagens internas para o trânsito público de pedestres. Assim, de acordo com o Plano, a Vila manterá seu dinamismo comercial e de lazer urbano e tudo deve ser feito para preservá-la. Um crescimento de centralidades deverá então ocorrer em outro sítio.

A área adequada para uma nova centralidade, de caráter moderno e função regional, é proposta no Plano na área do Aeroclube, cujos 78,6 hectares são hoje limitados por campos esportivos ao sul e um agradável bairro residencial a norte. Nesta gleba pode-se de fato desenvolver um excelente conjunto de edifícios residenciais e de escritórios, com um bom comércio ao nível das ruas, eventual comércio em escala maior e equipamentos de lazer e cultura, assim como uma considerável área para parque público. Sua realização por empresas privadas, pouco privado é o seu terreno, criará um Novo Centro adequado ao salto qualitativo que Volta Redonda tem condições de dar.



Contudo, o novo centro não pode desligar-se, nem prejudicar o velho centro. Por isso o Plano menciona a configuração de um Arco de Centralidades (art. 24), mediante a integração nele da gleba desocupada a leste do Aterrado, fazendo com que o acesso ao Novo Centro se dê primordialmente através dele, realizando assim a continuidade entre Vila, Centro Velho e Centro Novo. Este arco se estenderia para oeste, pelo comércio linear que marca o eixo dos bairros de Niterói e Retiro Este procedimento é proposto pela Lei do Plano Diretor, de forma cautelosa, sujeitando-o a um futuro projeto de desenho urbano a ser elaborado, o qual determinará, por consenso entre proprietário e Prefeitura, qual o programa mais adequado a ser implantado e qual o melhor traçado viário destinado a ligar o centro velho ao novo centro.

Ao abordar as questões ambientais, o Plano indica a necessidade a os prazos para a gradual liberação das margens do Rio Paraíba e a elaboração de um projeto paisagístico de ambas as suas margens ao longo de todo o seu percurso urbano. Há ali uma possibilidade de lazer, ciclovias, equipamentos leves e restaurantes que venham dar a Volta Redonda um salto qualitativo inclusive no campo do seu lazer informal e de seu potencial turístico. No último título, dedicado aos Mecanismos Urbanísticos, o Projeto de Lei do Plano Diretor trata da aplicação de diversos instrumentos autorizados pelo Estatuto da Cidade, propondo ao debate legislativo formas cautelosas e graduais para a aplicação do imposto territorial progressivo no tempo. Refletindo o êxito da participação da sociedade na elaboração do Plano, o Projeto de Lei propõe uma composição democrática do Conselho Municipal de

"Somos de opinião que o Plano Diretor de Volta Redonda será sempre considerado paradigmático em seu método de elaboração, rico e original em suas propostas, constituindo um excelente exemplo de urbanística brasileira."

Este projeto de Lei inicia-se correspondendo ao grau de cidadania existente na cidade pela explicitação das prerrogativas cidadãs.

